

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	30/01/2025 15:27 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	267/2025	60585.001569/2024-76

1. Definição do objeto

ESTE ARTEFATO É CONTINUAÇÃO DO TR DIGITAL Nº 230/2024

1.1. Aquisição de Materiais para aplicação em eventos institucionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Caixa em Papelão ondulado triplex de, no mínimo, 700 g/m², impressão: na cor preta, informado no modelo. Caixa desmontada (folha): aproximadamente 67,4cm de comprimento x 63,2cm de largura; Caixa montada (medidas internas): 35,2cm de largura x 24,7cm de comprimento x 10cm de altura. (conforme anexo: 7427061)	479832	UN	100	8,05	805,00
2	Panóplia, em acrílico fumê, medindo aproximadamente 20,5 cm x 14,5 cm x 1,0 cm (altura x comprimento x espessura), com a logo da Identidade Visual do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa", placa em aço medindo 10 cm x 4 cm, e estojo na cor preta lisa, medindo aproximadamente 24,0 cm x 18,0 cm x 3 cm (altura x comprimento x espessura), no reverso almofadado e fecho mini latonado, medinho 25 mm x 15 mm, na cor dourada. (conforme anexo: 7427061)	472756	UN	200	340,00	68.000,00
	Panóplia, em acrílico fumê, medindo aproximadamente 24,0 cm x 17,0 cm x 1,0 cm					

3	(altura x comprimento x espessura), com a logo da Identidade Visual do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa", com placa em aço medindo 12 cm x 7 cm, estojo medindo aproximadamente 28,0 cm x 21,0 cm x 3 cm (altura x comprimento x espessura), com reverso almofadado e fecho mini latonado, medinho aproximadamente 25 mm x 15 mm, na cor dourada. (conforme anexo: 7427061)	472756	UN	50	385,00	19.250,00
4	Moeda personalizada do Ministério da Defesa, composto de: Moeda de metal (zinco fundido) em formato de escudo circular, banho duplo em prata brilhante, com 50 (cinquenta) milímetros de diâmetro por 4 (quatro) milímetros de espessura com peso aproximado de 58g; o anverso carregado com a logomarca do Ministério da Defesa em 2D na cor dourada, o verso carregado com o desenho de 01 (um) caça, 01 (um) Carro de combate blindado e 01 (um) porta helicóptero na cor dourada, com a subscrição MINISTÉRIO DA DEFESA em, na parte superior e BRASIL na parte inferior, sendo todos os desenhos em 3D e inscrições em caixa alta, acondicionado em estojo de veludo na cor preta. (conforme anexo: 7427061)	603194	UN	550	112,50	61.875,00
5	Caneta, material plástico, cor cinza claro, medindo 14,0 cm, com a inscrição do Ministério da Defesa em gravação a laser, cor da tinta azul acondicionada em embalagem própria. (conforme anexo: 7427061)	461461	UN	200	4,67	934,00
6	Caneta esferográfica com esfera em aço, tamanho 14,2 cm, corpo preto, tampa cromada e detalhe dourado. (Marca de referência Caneta marca CROWN, modelo Regent, Equivalente/ similar ou de Melhor Qualidade. (conforme anexo: 7427061)	440753	UN	200	202,98	40.596,00
7	Chaveiro, material metal, cor prata, com a logomarca do Ministério da Defesa, medindo aproximadamente 2,5 cm de largura x 4,0 de altura, acondicionado em caixa (conforme anexo: 7427061)	339774	UN	300	16,20	4.860,00
8	Boné em tecido de brim azul escuro, tamanho único (regulável), com a logomarca do Ministério da Defesa e a expressão "Ministério da Defesa" bordada na parte da frente e os logotipos das Forças Armadas e a Bandeira do Brasil bordados em suas laterais. (conforme anexo: 7427061)	444555	UN	600	35,90	21.540,00
9	Bóton do Ministério da Defesa em material metálico, três faixas resinadas nas cores verde, branca e azul, sobrepostas pelo Brasão da República dourada, medindo 17 mm x 20 mm, com formato de escudo. (conforme anexo: 7427061)	467012	UN	300	29,00	8.700,00
10	Moleskine (Caderneta de anotações). Agenda no formato 10cm x 9cm fechado, capa em papelão panamá revestida, com aplicação de verniz localizado e elástico preto. Miolo impresso 1/81 cor no papel polem 80g,	241130	UN	300	20,77	6.231,00

	contendo 100 páginas dobradas e costuradas. (conforme anexo: 7427061)					
11	Esfera em madeira com suporte, trabalhada em Marchetaria, no formato de uma esfera perfeita, medindo 40 cm de diâmetro. (conforme anexo: 7427061)	480975	UN	30	92,23	2.766,90
12	Cubo em cristal 100% translúcida, sem coloração ou ranhuras, gravações internas à laser e 2D ou 3D, base em acrílico e estojo em camurça. (conforme anexo: 7427061)	610596	UN	30	144,86	4.345,80
13	Pasta executiva tipo convenção, A4, porta caneta, cantoneiras em metal, bolsa interna com visor, dimensões 31cm x 23cm x 2cm. com inscrição em relevo da logomarca do Ministério da Defesa. (conforme anexo: 7427061)	457226	UN	50	82,56	4.128,00
14	Porta bloco, costurado, bolsa interna, visor de identificação, dimensões 24cm x 16cm, com inscrição relevo da logomarca do Ministério da Defesa. (conforme anexo: 7427061)	296304	UN	200	55,00	11.000,00
15	Papel reciclado artesanal, na cor Branca Gelo, medindo 50cm x 70cm (conforme anexo: 7427061)	445546	UN	40	28,08	1.123,20
16	Palha da Costa, material 100% natural, medindo em torno de 60 cm (conforme anexo: 7427061)	614560	UN	1KG	156,40	156,40
17	Sacola institucional com a identidade visual do Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 180 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0 cores; cordão na cor branca; quatro furos com ilhós branco; plastificação BOPP brilho; medidas da sacola: 325 mm largura x 345 mm comprimento x 120 mm lateral. (conforme anexo: 7427061)	440919	UN	200	33,74	6.748,00
18	Saco de veludo na cor preta, medindo 43x33cm, com gravação prata frente, cordão preto. (conforme anexo: 6653638)	399450	UN	50	79,25	3.962,50
19	Kit executivo em couro soft para escritório contendo risque e rabisque medindo 25,5cm x 31,5cm, bloco de anotações medindo 17,5 x 23,5cm, porta caneta medindo 7,5 x 11,5cm e porta cliques medindo 5 x 7,5cm. Acondicionado em estojo kraft com berço camurçado e fechamento com elástico roliço na diagonal com placa em couro na tampa, gravado em baixo relevo nas 4 peças e na caixa. (conforme anexo: 7427061)	444915	UN	30	259,72	7.791,60
20	Lâmina de pedra ágata com aproximadamente 18cm de diâmetro e 6mm de espessura, bordas pintadas na cor ouro velho, placa na cor bronze envelhecido ou ouro envelhecido, medida total aproximadamente 10x5cm (CxA) com a inscrição "Ministério da Defesa" separado, com estojo medindo 22,5x22,5x4cm (externo), peça móvel com ganchos (21x21cm) com 4 ganchos para segurar a pedra, elástico na tampa para segurar os suportes, revestimento externo em jersey preto e interno com veludo preto, acompanha suporte em MDF e plaquinha em metal preto	609316	UN	15	919,41	13.791,15

	(7,5x2cm), bordas douradas, dizeres e símbolo gravados em dourado. (conforme anexo: 7427061 e despacho nº433 - 7663904)					
21	Prato em aço inox com 23cm de diâmetro, 01 (um) brasão da República em metal, design 3D recortado 5mm de espessura, na cor bronze envelhecido ou ouro envelhecido, medida total aproximadamente 10x9cm (CxX) com a inscrição "Ministério da Defesa" separada, com estojo medindo 26x26x4cm (externo), berço com rebaixo de 16,5cm de diâmetro e 1,5cm de profundidade (para encaixe do fundo do prato), elástico na tampa para segurar os suportes, revestimento em jersey preto e interno com veludo preto, acompanha suporte em MDF e plaquinha em metal prata ou dourada (9x3cm), sem gravação. (conforme anexo: 7427061)	429423	UN	15	1.056,76	15.851,40
22	Caixa em bambu para vinho com 4 acessórios, medindo 36x11x12cm, com gravação a laser na tampa. Acompanha vinho, referência Casa Valduga Arte Cabernet Sauvignon e Merlot 750ml, ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade. (conforme anexo: 7427061)	444462	UN	15	467,15	7.007,25
23	Caixa em madeira, medindo 22x18,5x7m (CxLxA), com fecho e dobradiças metálicas, uma divisão interna, acabamento em coloração, gravação à laser na tampa imagem do brasão da República e a inscrição "Ministério da Defesa" abaixo do brasão. Acompanha 01 (um) Café Gourmet torrado e moído, grãos selecionados 100% arábica, pacote com 250g, com a logo do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa" e 01 (uma) cachaça de cana-de-açúcar, envelhecida em tonéis de Amburana e Carvalho, graduação de teor alcoólica 39%, com 140ml, pelo menos três premiações, com a logo do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa". (conforme anexo: 7427061)	444462	UN	15	562,11	8.431,65
24	Caixa de madeira, em cedro escurecido, acabamento envernizado, com dobradiças de metal e fecho imantado, tampa com visor de vidro de 2,5mm de espessura, dimensões 39x28x4cm, parte interior com 3cm de profundidade e com fundo aveludado na cor preta, tampa com paspatur de 2cm, sem personalização. (conforme anexo:7427061)	444462	UN	10	212,22	2.122,20
25	Moeda estilo challenge coin do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas confeccionada em liga de níquel e bronze, modelo 3D, dimensões de 50 (cinquenta) milímetros de diâmetro e 3,5 (três e meio) milímetros de espessura. Acabamento em cores 4/4 e banho de brilho. Design conforme Portaria GM-MD nº 2.279, de 20 de maio de 2021, composta pelo brasão do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no anverso e, no verso, pelo brasão do Ministério da Defesa. (conforme anexo: 7427061)	602859	UN	50	100,68	5.034,00

26	Panóplia em madeira medindo 24 (vinte e quatro) centímetros de altura por 17 (dezessete) centímetros de largura e 2 (dois) centímetros de profundidade. Panóplia deve conter brasão do EMCFA em latão a cores em diâmetro de 13 (treze) centímetros. Acompanha plaqueta dourada em latão (12cm largura por 5cm altura) e estojo em veludo ou linho na cor preta. (conforme anexo: 7427061)	389300	UN	20	226,33	4.526,60
27	Panóplia em acrílico medindo 20 (vinte) centímetros de altura por 15 (quinze) centímetros de largura e 4 (quatro) centímetros de profundidade. Panóplia deve conter brasão do EMCFA em fundição (3D) nas medidas largura 12 (doze) centímetros, altura de 10 (dez) centímetros e profundidade de 2 (dois) centímetros. Acompanha plaqueta em latão (7cm largura por 5cm altura) e estojo em veludo ou linho na cor preta. (conforme anexo: 7427061)	293096	UN	40	493,00	19.720,00
28	Lâmina de Pedra Ágata, medindo 25 cm de diâmetro x 0,7 cm de espessura com peso aproximado de 600 gramas contendo brasão do EMCFA colorido e resinado fixado na parte superior da pedra com 5cm de diâmetro, estojo, medindo 28 cm x 28 cm x 4,0 cm (altura x largura x espessura), confeccionado em madeira, revestido externamente e internamente em veludo na cor preta, com bolso para acomodar suporte e altura compatível com pedra tipo ágata medindo 25 cm de diâmetro x 0,7 cm de espessura. (conforme anexo: 7427061)	609316	UN	25	258,08	6.452,00
29	Caneta com mecanismo giratório com corpo e tampa em metal laqueado cor preta, com detalhes cromados, medindo 13,5cm, tipo de escrita esferográfica, cor da escrita azul, acompanhando um estojo tipo luxo, com gravação a laser em um dos lados, com o brasão e a sigla do EMCFA-MD (arte a ser fornecida), com garantia contra defeito de fabricação. Referência caneta tipo Crown Barcelona preta, Equivalente/ similar ou de Melhor Qualidade.(conforme anexo: 7427061)	460551	UN	20	44,55	891,00
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO R\$					R\$358,640,65	

(*) Estimativa realizada mediante o Mapa Comparativo de Preços (7586333)

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar digital nº174/2024 (7600265) clonado para o ETP digital nº1/2025 (7698609)

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados do(a) envio da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O instrumento equivalente junto com este artefato oferece o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares Digital nº 174/2024 (7600265), clonado para o ETP digital nº1/2025 (7698609).

2.2. O objeto da contratação estava previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 2150 a 2220

IV) Classe/Grupo:

7510 - Artigos para Escritório;

7060 - Peças e Acessórios para Computadores;

8105 - Sacos e Bolsas;

8345 - Bandeiras, Flamulas e Pavilhões;

9999 - Itens Diversos;

881 - Serviços de Manufatura em Insumos Físicos que São Propriedade de Outros (exceto maquinaria e equipamento);

7350 - Louça e Artigos de Mesa;

7290 - Utensílios Comerciais e Domésticos Diversos;

7540 - Formulários Padronizados;

873 - Serviços de Instalação (à exceção da construção);

5340 - Ferragens Diversas;

9999 - Itens Diversos;

8115 - Caixas, Caixotes e Engradados;

8455 - Distintivos e Insígnias;

7210 - Utensílios Domésticos;

8405 - Vestuário Externo Masculino;

7820 - Jogos, Brinquedos e Artigos Correlatos com Rodas;

9910 - Artigos de Joalheria;

7520 - Acessórios e Dispositivos para Escritório;

9390 - Produtos Diversos não Metálicos;

8460 – Bagagens;

9905 - Cartazes, Mostruários e Placas de Identificação;

7530 - Formulários Oficiais;

8305 – Tecidos;

8315 - Miudezas e Aviamentos para Costura;

5340 - Ferragens Diversas.

V) Identificador da Futura Contratação: 110404-601/2024

2.2.1. Sendo incorporado ao PCA 2025, de acordo com o § 3º ao art. 19 do Decreto 10.947/22

Id PCA PNCP: 03277610000125-0-000002/2025

Data de publicação no PNCP: 07/05/2024

Id do item no PCA: 1628 a 1655

Classe/Grupo:

8455 - DISTINTIVOS E INSÍGNIAS;

7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO;

5340 - FERRAGENS DIVERSAS;

8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO;

9390 - PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS;

7530 - FORMULÁRIOS OFICIAIS;

9420 - FIBRAS VEGETAIS, ANIMAIS E SINTÉTICAS;

8105 - SACOS E BOLSAS;

9999 - ITENS DIVERSOS;

7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA;

8115 - CAIXAS, CAIXOTES E ENGRADADOS.

Identificador da Futura Contratação: 110404-267/2025

2.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Entretanto, o PLS deste Ministério encontra-se em fase de elaboração por comissão específica, de acordo com a portaria GM-MD nº 4.059, de 27 de agosto de 2024.

2.3.1. De acordo com o art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, este artefato deve estar alinhado ao Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

2.3.2. Os parâmetros de sustentabilidade para a aquisição dos objetos desta contratação estão previstos a serem contemplados pelo PLS/MD; e

2.3.3. Ressalta-se que o subcomitê de contratações e logística sustentável ainda não aprovou o PLS, deste Ministério, até a data de elaboração deste artefato.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares digital nº 174/2024 (7600265) clonado para o ETP digital nº1/2025 (7698609).

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em especial os artigos 170, inciso VI e 225, o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com a Lei nº 12.977/2014, com a Lei nº 12.187/2009, com a Lei nº 12.305/2010, com a Lei nº 6.938/1981, com o Decreto nº 11.413/2023, com a Instrução Normativa /SLTI/MPOG nº 1/2010, com os Atos Normativos do CONAMA, com os Atos Normativos do INMETRO, com os Atos Normativos do IBAMA, com os Atos Normativos da ANSIVA, com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada – Outubro/2024 e demais Atos Normativos pertinentes necessários e suficientes ao assunto.

4.1.2. Deverá ser observados os critérios de sustentabilidade descritos no subitem 4.8., 4.9. e 4.10. do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 174/2024 (7600265) clonado para o ETP digital nº1/2025 (7698609).

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação não se aplica a indicação de marca.

4.2.1. Foi utilizada a indicação da(s) marca(s), de referência, para similar ou de melhor qualidade, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares digital nº 174/2024 (7600265) clonado para o ETP digital nº1/2025 (7698609), no subitem 6.9.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

4.4. Serão exigidas amostras de todos os itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	ITENS A SEREM AVALIADOS
1	Caixa em Papelão ondulado triplex de, no mínimo, 700 g/m², impressão: na cor preta, informado no modelo. Caixa desmontada (folha): aproximadamente 67,4cm de comprimento x 63,2cm de largura; Caixa montada (medidas internas): 35,2cm de largura x 24,7cm de comprimento x 10cm de altura.	1. Composição atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não 2. Material de confecção atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não 3. Dimensões atendem os requisitos técnicos: () Sim / () Não 4. Funcionalidades atendem os requisitos técnicos: () Sim / () Não 5. Modelo atende os requisitos técnicos: () Sim / () Não 6. Acabamento os requisitos técnicos: () Sim / () Não 7. Resistência do material os requisitos técnicos: () Sim / () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:

2	Panóplia, em acrílico fumê, medindo aproximadamente 20,5 cm x 14,5 cm x 1,0 cm (altura x comprimento x espessura), com a logo da Identidade Visual do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa", placa em aço medindo 10 cm x 4 cm, e estojo na cor preta lisa, medindo aproximadamente 24,0 cm x 18,0 cm x 3 cm (altura x comprimento x espessura), no reverso almofadado e fecho mini latonado, medinho 25 mm x 15 mm, na cor dourada.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Estojo e fecho metálico atendem a especificação: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
3	Panóplia, em acrílico fumê, medindo aproximadamente 24,0 cm x 17,0 cm x 1,0 cm (altura x comprimento x espessura), com a logo da Identidade Visual do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa", com placa em aço medindo 12 cm x 7 cm, estojo medindo aproximadamente 28,0 cm x 21,0 cm x 3 cm (altura x comprimento x espessura), com reverso almofadado e fecho mini latonado, medinho aproximadamente 25 mm x 15 mm, na cor dourada.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Estojo e fecho metálico atendem a especificação: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
4	Moeda personalizada do Ministério da Defesa, composto de: Moeda de metal (zinco fundido) em formato de escudo circular, banho duplo em prata brilhante, com 50 (cinquenta) milímetros de diâmetro por 4 (quatro) milímetros de espessura com aproximadamente 58g; o anverso carregado com a logomarca do Ministério da Defesa em 2D na cor dourada, o verso carregado com o desenho de 01 (um) caça, 01 (um) Carro de combate blindado e 01 (um) porta helicóptero na cor dourada, com a subscrição MINISTÉRIO DA DEFESA em, na parte superior e BRASIL na parte inferior, sendo todos os desenhos em 3D e inscrições em caixa alta, acondicionado em estojo de veludo na cor preta.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 – Inscrições atendem as especificações: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
5	Caneta, material plástico, cor cinza claro, medindo 14,0 cm, com a inscrição do Ministério da Defesa em gravação a laser, cor da tinta azul acondicionada em embalagem própria.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Embalagem atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 – Inscrições atendem as especificações</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
6	Caneta esferográfica com esfera em aço, tamanho 14,2 cm, corpo preto, tampa cromada e detalhe dourado. (Caneta marca CROWN, modelo Regent, Equivalente/ similar ou de Melhor Qualidade.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 – Caixa para embalagem atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 – Inscrições atendem as especificações: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>

7	Chaveiro, material metal, cor prata, com a logomarca do Ministério da Defesa, medindo aproximadamente 2,5 cm de largura x 4,0 de altura, acondicionado em caixa.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Caixa para embalagem atende a especificação: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
8	Boné em tecido de brim azul escuro, tamanho único (regulável), com a logomarca do Ministério da Defesa e a expressão “Ministério da Defesa” bordada na parte da frente e os logotipos das Forças Armadas e a Bandeira do Brasil bordados em suas laterais.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não 4 - Fecho regulável atende a especificação: () sim () Não 5 - Bordados atendem as especificações: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
9	Bóton do Ministério da Defesa em material metálico, três faixas resinadas nas cores verde, branca e azul, sobrepostas pelo Brasão da República dourada, medindo 17 mm x 20 mm, com formato de escudo	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Suporte de fixação atende a especificação: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
10	Moleskine (Caderneta de anotações). Agenda no formato 10cm x 9cm fechado, capa em papelão panamá revestida, com aplicação de verniz localizado e elástico preto. Miolo impresso 1/81 cor no papel porem 80g, contendo 100 páginas dobradas e costuradas.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
11	Esfera em madeira com suporte, trabalhada em Marchetaria, no formato de uma esfera perfeita, medindo 40 cm de diâmetro.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
12	Cubo em cristal 100% translúcida, sem coloração ou ranhuras, gravações internas a laser e 2D ou 3D, base em acrílico e estojo em camurça.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
		1 - Material atende a especificação: () sim () Não

13	Pasta executiva tipo convenção, A4, porta caneta, cantoneiras em metal, bolsa interna com visor, dimensões 31cm x 23cm x 2cm, com inscrição em relevo da logomarca do Ministério da Defesa.	<p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
14	Porta bloco, costurado, bolsa interna, visor de identificação, dimensões 24cm x 16cm, com inscrição relevo da logomarca do Ministério da Defesa.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
15	Papel reciclado artesanal, na cor Branca Gelo, medindo 50cm x 70cm	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
16	Palha da Costa, material 100% natural, medindo em torno de 60 cm.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
17	Sacola institucional com a identidade visual do Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 180 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0; cordão: ilhós branco; medidas da sacola: 325 mm largura x 345 mm comprimento x 120 mm lateral.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
18	Saco de veludo na cor preta, medindo 43x33cm, com gravação prata frente, cordão preto.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
19	Kit executivo em couro soft para escritório contendo risque e rabisque medindo 25,5cm x 31,5cm, bloco de anotações medindo 17,5 x 23,5cm, porta caneta medindo 7,5 x 11,5cm e porta cliques medindo 5 x 7,5cm. Acondicionado em estojo kraft com berço camurçado e	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p>

	fechamento com elástico roliço na diagonal com placa em couro na tampa, gravado em baixo relevo nas 4 peças e na caixa.	Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
20	Lâmina de Pedra ágata com aproximadamente 18cm de diâmetro e 6mm de espessura, bordas pintadas na cor ouro velho, placa na cor bronze envelhecido ou ouro envelhecido, medida total aproximadamente 10x5cm (Cx A) com a inscrição "Ministério da Defesa" separado, com estojo medindo 22,5x22,5x4cm (externo), peça móvel com ganchos (21x21cm) com 4 ganchos para segurar a pedra, elástico na tampa para segurar os suportes, revestimento externo em jersey preto e interno com veludo preto, acompanha suporte em MDF e plaquinha em metal preto (7,5x2cm), bordas douradas, dizeres e símbolo gravados em dourado.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
21	Prato em aço inox com 23cm de diâmetro, 01(um) brasão da República em metal, design 3D recortado 5mm de espessura, na cor bronze envelhecido ou ouro envelhecido, medida total aproximadamente 10x9cm (Cx A) com a inscrição "Ministério da Defesa" separada, com estojo medindo 26x26x4cm (externo), berço com rebaixo de 16,5cm de diâmetro e 1,5cm de profundidade (para encaixe do fundo do prato), elástico na tampa para segurar os suportes, revestimento em jersey preto e interno com veludo preto, acompanha suporte em MDF e plaquinha em metal prata ou dourada (9x3cm), sem gravação.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
22	Caixa em bambu para vinho com 4 acessórios, medindo 36x11x12cm, com gravação a laser na tampa. Acompanha vinho Casa Valduga Arte Cabernet Sauvignon e Merlot 750ml, ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade.	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
23	Caixa em madeira, medindo 22x18,5x7m (CxLxA), com fecho e dobradiças metálicas, uma divisão interna, acabamento em coloração, gravação à laser na tampa imagem do brasão da República e a inscrição "Ministério da Defesa" abaixo do brasão. Acompanha 01 (um) Café Gourmet torrado e moído, grãos selecionados 100% arábica, pacote com 250g, com a logo do Ministério da	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p>

	Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa" e 01 (uma) cachaca de cana-de-açúcar, envelhecida em tonéis de Amburana e Carvalho, graduação de teor alcoólica 39%, com 140ml, pelo menos três premiações, com a logo do Ministério da Defesa e a inscrição "Ministério da Defesa".	3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
24	Caixa de madeira, em cedro escurecido, acabamento envernizado, com dobradiças de metal e fecho imantado, tampa com visor de vidro de 2,5mm de espessura, dimensões 39x28x4cm, parte interior com 3cm de profundidade e com fundo aveludado na cor preta, tampa com paspatur de 2cm, sem personalização.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
25	Moeda estilo challenge coin do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas confeccionada em liga de níquel e bronze, modelo 3D, dimensões de 50 (cinquenta) milímetros de diâmetro e 3,5 (três e meio) milímetros de espessura. Acabamento em cores 4/4 e banho de brilho. Design conforme Portaria GM-MD nº 2.279, de 20 de maio de 2021, composta pelo brasão do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no anverso e, no verso, pelo brasão do Ministério da Defesa.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
26	Panóplia em madeira medindo 24 (vinte e quatro) centímetros de altura por 17 (dezessete) centímetros de largura e 2 (dois) centímetros de profundidade. Panóplia deve conter brasão do EMCFA em latão a cores em diâmetro de 13 (treze) centímetros. Acompanha plaqueta dourada em latão (12cm largura por 5cm altura) e estojo em veludo ou linho na cor preta.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
27	Panóplia em acrílico medindo 20 (vinte) centímetros de altura por 15 (quinze) centímetros de largura e 4 (quatro) centímetros de profundidade. Panóplia deve conter brasão do EMCFA em fundição (3D) nas medidas largura 12 (doze) centímetros, altura de 10 (dez) centímetros e profundidade de 2 (dois) centímetros. Acompanha plaqueta em latão (7cm largura por 5cm altura) e estojo em veludo ou linho na cor preta.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
	Lâmina de Pedra Ágata, medindo 25 cm de diâmetro x 0,7 cm de espessura com peso aproximado de 600 gramas contendo	

28	brasão do EMCFA colorido e resinado fixado na parte superior da pedra com 5cm de diâmetro, estojo, medindo 28 cm x 28 cm x 4,0 cm (altura x largura x espessura), confeccionado em madeira, revestido externamente e internamente em veludo na cor preta, com bolso para acomodar suporte e altura compatível com pedra tipo ágata medindo 25 cm de diâmetro x 0,7 cm de espessura.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:
29	Caneta com mecanismo giratório com corpo e tampa em metal laqueado cor preta, com detalhes cromados, medindo 13,5cm, tipo de escrita esferográfica, cor da escrita azul, acompanhando um estojo tipo luxo, com gravação a laser em um dos lados, com o brasão e a sigla do EMCFA-MD (arte a ser fornecida), com garantia contra defeito de fabricação. Referência caneta tipo Crown Barcelona preta, Equivalente/ similar ou de Melhor Qualidade.	1 - Material atende a especificação: () sim () Não 2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não 3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço indicado no Edital (Esplanada dos Ministérios, Bloco O, Anexo I – Sala 044 – CEP 70052-900 – Brasília – DF), no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.8.1. Conformidade com a especificação/ descrição do item;

4.8.2. - Verificação das dimensões, se atende ao tamanho; e

4.8.3. - Qualidade e Estética, se o acabamento e a personalização atendem ao descrito na especificação do item..

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.14. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.15. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 174/2024 (7600265), clonado para o ETP digital nº1/2025 (XXXXX) no subitem 4.6.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. O fornecedor deverá acusar o recebimento tão logo tenha efetivamente recebido a nota de empenho.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Sem ônus para administração, na Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco "O" - CEP 70052-900 –Brasília – DF

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) setores requisitantes, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. Os setores requisitantes da aquisição acompanhará a execução do instrumento equivalente, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento equivalente, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. Os setores requisitantes da aquisição anotarão no histórico de gerenciamento do instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução da aquisição, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, os requisitantes emitirão notificações para a correção da execução da aquisição, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. Os requisitantes informarão ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da aquisição nas datas aprazadas, os requisitantes comunicarão o fato imediatamente ao setor competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. Os requisitantes comunicarão ao setor competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. Não se aplicará ao objeto desta licitação, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE, e a entrega será em remessa única.

Gestor do Contrato

6.9. Não se aplicará ao objeto desta licitação, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE, e a entrega será em remessa única.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Contato da Seção de Gestão de Almoxarifado, telefone (61) 3312-4359

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da licitação.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [índice de Preços no Consumidor - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. Na presente aquisição não se aplica antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.25. Não será permitida por não haver contrato dessa aquisição, o instrumento equivalente utilizado será a Nota de Empenho - NE.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

8.2.1. A entrega do objeto será integral a partir da emissão de cada nota de empenho para o fornecedor

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 (dez)% [até 10%] do valor total estimado da aquisição.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. Apresentação de atestado, comprovando o fornecimento de quantitativos mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para os itens deste instrumento, (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União). Conforme a tabela abaixo

itens	Documentação
2, 3, 4, 6, 8, 21 e 27	Comprovação de capacidade de entrega dos itens, que comportem ao menos 30% da quantidade solicitada, de acordo com o descrito no ETP Digital nº174/2024 (7600265)

8.29.1.2. Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021 “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º) Grifo nosso.

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 358.640,65

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 358.640,65 (trezentos e cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

II) Fonte de Recursos: 0000000001;

III) Programa de Trabalho: 05.122.2108.2000.0001 e 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

IV) Elemento de Despesa: ND 33.90.30;

V) PTRES: 175696 e 168579;

Verificar o remanejamento de recursos orçamentários de acordo com o Despacho nº 622/SAAD GM/GM-MD (7605786)

11. Necessidade de Classificação

11.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, disciplina que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consiste no repositório centralizado e obrigatório dos atos inerentes às contratações públicas, prevendo especialmente:

"Art. 174. § 2º O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:

III - (...) avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;"

11.2. Face ao exposto, consta no item 15 do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 174/2024(7600265) clonado para o ETP digital nº1/2025 (7698609), apêndice deste instrumento, não haver necessidade de classificação de grau, prazos, informações ou valores sigilosos.

11.3. Em observação a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, e em atendimento ao art.10 da IN nº 81/2022.

"Art. 10. Ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011."

12. Cláusulas Regulação da Contratação

12.1. São as cláusulas que costumeiramente constam apenas na minuta do termo de contrato e que são necessárias para melhor regulamentação da aquisição.

12.2. OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA DEFESA (art. 92, X, XI e XIV):

12.2.1. São obrigações da ACMD:

12.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Licitante vencedor, de acordo com o edital e seus anexos;

12.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.2.4. Notificar o Licitante vencedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/ instrumento hábil e o cumprimento das obrigações pelo Licitante vencedor;

12.2.6. Efetuar o pagamento ao Licitante vencedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

12.2.7. Aplicar ao Licitante vencedor as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

12.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Licitante vencedor;

12.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução de cada aquisição, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.2.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Licitante vencedor no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

12.2.12. Quando exigidas, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Licitante vencedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato/ instrumento hábil, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Licitante vencedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.3.1. O Licitante vencedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.3.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.3.4. Comunicar a ACMD, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo requisitante da aquisição (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.3.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo requisitante da aquisição, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela ACMD, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a ACMD deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato/ instrumento hábil, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Licitante vencedor e não poderá onerar o objeto do contrato/ instrumento hábil;

12.3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato/ instrumento hábil, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.3.11. Paralisar, por determinação da ACMD, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.3.12. Manter durante toda a vigência do contrato/ instrumento hábil, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.3.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato/ instrumento hábil, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.3.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato/ instrumento hábil, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato/ instrumento hábil;

12.3.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.3.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da ACMD;

12.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante vencedor, ainda que sob vinculação por termo substitutivo, como a nota de empenho, que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato/ instrumento hábil;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato/ instrumento hábil que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato/ instrumento hábil;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato/ instrumento hábil;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato/ instrumento hábil;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4.2. Serão aplicadas ao Licitante vencedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 1.1. O atraso superior ao definido no item anterior autoriza a Administração a aplicar o item 5 deste inciso de multa.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.4.1, de 25% do valor da Contratação.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.4.1, de 20% do valor da Contratação.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.4.1, a multa será de 10% do valor da Contratação.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.4.1, a multa será de 10% do valor da Contratação.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.4.1, a multa será de 2% do valor da Contratação.

12.4.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a ACMD (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela ACMD ao Licitante vencedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante vencedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a ACMD;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.4.7. A personalidade jurídica do Licitante vencedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Licitante vencedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.8. A ACMD deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.4.10. Os débitos do Licitante vencedor para com a ACMD, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o Licitante vencedor possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.5. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.5.1. Os casos omissos serão decididos pela ACMD, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.6. FORO (art. 92, §1º)

12.6.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução da contratação que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

13. Apêndice

Apêndice (7698616)

- Descrição e medidas

- Especificações Técnicas e logos

Observação: O modelo utilizado foi o disponibilizado no site da AGU conforme o link:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-parapregaoe-concorrencia>

Ressaltasse que na confecção do documento ao utilizar a ferramenta do compras.gov. Onde o sistema gera automaticamente um rodapé com informação de uma versão anterior, devido ao fato do sistema ainda não ter sido atualizado para a última versão.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: **dezembro/2023**

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4922, de 21 de outubro de 2024

GABRIELLI SIQUEIRA DALA VECIA

Integrante Requisitante da EPC



Assinou eletronicamente em 27/01/2025 às 17:52:48.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 5913, de 26 de dezembro de 2024

LUIS FELICIO MACHADO TELLES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/01/2025 às 11:06:54.

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4922, de 21 de outubro de 2024

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

Integrante Administrativo

*Assinou eletronicamente em 27/01/2025 às 16:50:01.*

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4922, de 21 de outubro de 2024

LAERT MUNIZ BARBOSA

Integrante Técnico

*Assinou eletronicamente em 30/01/2025 às 15:16:01.*

Despacho: Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4922, de 21 de outubro de 2024

CARLOS RICARDO FERREIRA DE CASTILHO

Integrante Técnico

*Assinou eletronicamente em 27/01/2025 às 17:56:30.***CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS**

Requisitante - ASCER

*Assinou eletronicamente em 30/01/2025 às 15:27:47.***JEAN DA SILVA THIAGO**

Requisitante EMCFA

*Assinou eletronicamente em 27/01/2025 às 18:10:00.*

GUILHERME LOURO BRAGA

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais - DESEG



Assinou eletronicamente em 29/01/2025 às 10:31:14.

WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR

Ordenador de Despesas



Assinou eletronicamente em 30/01/2025 às 14:24:10.